

A Arena eletrônica e o Jornalismo Comunitário

Edna Mello¹

Escola de Comunicações e Artes de São Paulo – ECA/USP

Resumo

Nas últimas décadas, a comunidade voltou ao cenário de debate das representações sociais como uma organização capaz de articular os indivíduos e pode representar uma forma de resistência à hegemonia das potências transnacionais. O jornalismo comunitário é dirigido às camadas menos favorecidas como forma de dar visibilidade e otimizar a comunicação desses grupos, a partir do próprio grupo. Quando o Jornal SPTV chama de jornalismo comunitário o quadro do SPTV Comunidade está se apropriando do conceito e tornando espetáculo a carência de infra-estrutura de uma cidade que cresce sem o devido planejamento urbano. Trata-se de uma arena eletrônica.

Palavras-chave

Comunidade; jornalismo comunitário; jornalismo em meios eletrônicos; jornalismo e representações sociais; linguagens jornalísticas.

1- Introdução

Quando a revolução tecnológica das mídias digitais e os processos econômicos hegemônicos favorecem parcerias capazes de aumentar o poder das grandes potências, existe um intenso movimento entre grupos locais que pode reunir os indivíduos em torno da idéia de uma comunidade nacional. Para alguns pesquisadores, o fortalecimento das lideranças locais é uma resposta à fragmentação do espaço e do tempo e ao processo de desterritorialização das nações, enquanto outros veem o processo como uma etapa da pós-modernidade, momento em que as fronteiras conhecidas cedem espaço a novas demarcações.

Um grupo que se organiza em torno do conceito de nação pode apresentar dicotomias, visto que os mecanismos sociais de exclusão estabelecem diferenças entre os moradores de uma mesma localidade, individualizando os estigmas com o propósito de demarcar o território de atuação de cada grupo e defendê-lo de possíveis invasores: o outro.

A necessidade de organização de uma comunidade pode surgir do enfrentamento contra um inimigo comum, da emergência de fechar o grupo frente às ameaças externas

¹ A autora é doutoranda e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, no Departamento de Jornalismo e Editoração e membro do Núcleo de Jornalismo e Linguagem. É jornalista e professora universitária nos cursos de Comunicação Social e co-autora da obra “O espelho infiel – o negro no jornalismo brasileiro”, editado em 2004 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em convênio com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. E-mail: www.ednamelo@usp.br.

ou mesmo de desenvolver mecanismos de interação social que fortaleçam o grupo e perpetuem sua cultura. A comunidade representa a defesa dos interesses de cada família e do grupo, como uma organização ao mesmo tempo particular e coletiva.

Uma das prerrogativas do processo de civilização foi o recalque dos desejos individuais. Cada grupo estabelece regras de conduta e punições para os desvios. Os laços sociais como os casamentos, os nascimentos, as festas, os ritos e tabus são ordenações. A interdição é um dos pilares da vida em sociedade.

O sujeito de direito, nascido após a revolução francesa, que denuncia que a liberdade, a igualdade e a fraternidade se concretizam com respeito aos direitos dos cidadãos pressupõe uma sociedade controlada por papéis individuais demarcados. A liberdade torna-se sinônimo de individualidade. Dessa forma, a garantia dos direitos de cada membro da sociedade é um dever do Estado, que também deve promover o crescimento e a inclusão daqueles que sejam menos favorecidos.

A comunidade parece ser o recanto seguro onde as diferenças são atraídas por serem semelhantes. “Fazer parte de uma comunidade” é estar integrado a um grupo, é dividir as mazelas e lutar pela cura, é partilhar de uma posição social e econômica. Uma sociedade se constrói quando diversos grupos operam trocas de ordem simbólica entre seus membros e com os outros grupos. Tal relação se estreita a ponto de uma comunidade não existir sem a outra.

O jornalismo comunitário nasceu da idéia de dar visibilidade a grupos sociais sem espaço na mídia. Foi uma tentativa de dar voz àqueles que de acordo com a estrutura social vigente não teriam participação nos meios de comunicação estruturados. A comunicação pensada pelo e para o grupo seria uma ferramenta de conscientização política.

Este trabalho busca resgatar os conceitos de comunidade e os discursos articulados a partir da representação social que a vida em grupo teve ao longo de diversos momentos da história. O jornalismo comunitário não seria uma casa vazia, uma vez que poderia atuar tanto como elemento articulador dos discursos de cada grupo quanto como um elo de ligação do grupo com as instâncias de poder da sociedade.

2- O mito do paraíso perdido

Em vários mitos resgatados de sociedades mais remotas, de quase todas as partes do mundo, existem histórias que narram uma existência comunitária, em que os homens conviviam com seus semelhantes em harmonia. Um lugar idílico em que a humanidade

não conhecia a guerra, o sofrimento e a dor. As belezas naturais e os alimentos eram fartos e os homens poderiam usufruir da paz e da alegria de viver uma vida feliz. De alguma forma, essa harmonia se quebra através do desrespeito ou à transgressão de alguma lei. A punição para esse ato seria o mundo como o conhecemos.

É possível deduzir, a partir desses mitos, que o homem sempre idealizou um local de convivência pacífica que, de certa forma, é esse paraíso perdido que até hoje buscamos na vida comunitária.

No cristianismo, a gênese do universo está nas mãos de um Deus onisciente e onipresente que criou o homem a sua imagem e semelhança. A mulher, feita a partir da costela de Adão, seria a companheira fiel com quem ele iria compartilhar o Paraíso. Nesse idílico local em que a beleza, a fartura e o amor primavam entre os seres que ali habitavam, não havia dor, nem sofrimento. Todos os seres viviam irmanados em torno da Lei.

A transgressão da Lei (simbolizada pelo consumo do fruto proibido), considerada pelo cristianismo como o pecado original, foi redimida pela morte de Jesus Cristo. Na cerimônia do batismo, o pecado original é resgatado com a promessa dos pais, padrinhos e os presentes de educar a criança nas leis da igreja, o que a tornará digna de voltar ao paraíso na eternidade.

O mito indiano da criação do mundo “*As quatro Idades da Humanidade*” conta que somente Brahma, o Criador, sabe quantas vezes o mundo foi criado e destruído para ser novamente recriado. Diz o mito que em primeiro lugar houve a Idade do ouro, também chamada de *Era de Satva, ou bondade*. Segundo Bierlein (2003:116) essa etapa do mundo durou quatro mil anos e foi seguida por uma transição, um crepúsculo, que durou quatrocentos anos.

“ Durante a Idade do Ouro, as pessoas nasciam aos pares. Elas gozavam plenamente a vida, livres de cuidados, sem precisar trabalhar, comendo a comida que estivesse perto delas. Elas não conheciam o ódio e nem ficavam cansadas; nem mesmo precisavam de lares para abrigá-las, já que o clima era perfeito. Não existia tristeza.”

Segundo o mito, quando começam a ter moradia fixa, as pessoas temem que não possam encontrar outro lugar para se abrigar ou comida para se fartar e passam a ser possessivas. O desejo de possuir mais gera o egoísmo e o egoísmo leva à cobiça, à morte e aos crimes. A situação piora na terceira e na quarta idade quando as pessoas tornam-se cegas e caminham nas trevas. Seus sentidos ficam enevoados na escuridão e a comida

escassa será um motivo para guerrear. Os que sobreviverem à barbárie poderão ver o retorno da idade do ouro ou ao menos testemunhar a destruição periódica do universo.

Outro importante mito foi criado na época dos descobrimentos. Quando os europeus se lançaram ao mar em busca de expandir seus territórios e aumentar o mercado de seus produtos, entre o final do séc. XV e o início do séc. XVI, era comum o sonho de ser encontrado um paraíso idílico.

O inglês Thomas More, que foi conselheiro do rei Henrique VIII, mas como católico praticante abandonou o cargo quando o rei se divorciou, escreveu sobre a ilha de Utopia, uma sociedade que funcionava com igualdade de direitos e deveres entre seus habitantes, em que o desejo de acumular bens não era despertado porque todos viviam em paz e saciados da fome e dos desejos. Diz ele (1986:22):

“Cada pai de família vai até o mercado solicitar tudo de que necessita para si e para os seus, levando os produtos sem pagamento algum, sem troca ou compensação de qualquer espécie. Por que razão algo lhe seria negado, se não há risco de faltar coisa alguma para qualquer pessoa? E por que levaria mais do que precisa se sabe que, em razão da abundância, tudo está disponível para todos? É a ameaça de miséria que torna as pessoas vorazes como animais. Os seres humanos ainda acrescentam a isso o orgulho, a vaidade, a vontade de superar os outros. Em Utopia, a organização social não deixa espaço para esses maus sentimentos.”

Um dado curioso sobre Thomas More é que ele foi canonizado pela igreja católica por ter sido morto na defesa dos ideais de sua religião e também foi cultuado pela Revolução Russa porque as idéias da sociedade de Utopia foram consideradas como embriões do socialismo.

O filósofo Martin Buber, considerado um existencialista religioso, fez algumas conferências em que discutiu o sentido da comunidade. Para ele, a comunidade só poderia existir em razão de um desejo profundo de integrar a Deus, de obedecer às suas leis e congregar em nome do espírito autêntico. Para Buber (1987: 47) o sistema comunitário é a legítima união de uma pluralidade de comunidades concretas de todo tipo, assim como a comunidade concreta é a legítima união de uma pluralidade de homens e se forma pelas mesmas leis de encontro mútuo em nome de Deus, da imediaticidade², da ajuda e da liderança.

“ A comunidade pode, a partir da relação entre duas ou algumas pessoas, tornar-se o fundamento da vida em comum de muitas pessoas. Mesmo assim, contudo, lhe são colocados limites espaciais cuja ultrapassagem representa o início da diluição do conteúdo da imediaticidade: a forma legítima da comunidade como construção social é a comunidade concreta. Se a união entre os homens acontece

² Imediaticidade para Buber é a manifestação do indivíduo como cidadão, como ser único e responsável.

sob o signo da terra, surge a comunidade de vila que administra o solo comum; se a união acontece sob o signo do trabalho, surge a cooperativa que se dedica à obra comum; se a união acontece sob o signo da ajuda, surge a camaradagem que aspira em comum à realização pela educação mútua; se a união acontece sob o signo do espírito, surge a fraternidade que invoca em comum o absoluto, o proclama e o celebra.”

O conceito de comunidade como uma irmandade de homens permanece até os dias de hoje. De um lado, as religiões pregam a fraternidade e o amor ao próximo como uma das formas de servir a Deus. Por outro, a sociedade liberal prega que o homem pode quando quer e que aquele que deseja, consegue. Como conciliar o amor e o repúdio a um próximo que não quis e não conseguiu prosperar?

3- Os conceitos de vida em comunidade

Pelo fato do homem estar inserido em um grupo desde seu nascimento, no núcleo familiar biológico, ou em substituição deste, em outro grupo que assuma a responsabilidade de sua orientação até a idade de lutar sozinho por sua sobrevivência, é impossível pensar em um grau zero de vínculo com a comunidade na vida humana.

Cada época, cada associação de pessoas se organizam frente às necessidades próprias, criando leis que regulem a convivência mútua. O princípio de vida em grupo acompanha o homem desde as sociedades mais remotas, mesmo antes de sua fixação e do abandono do nomadismo.

Nas sociedades tradicionais,³ a tribo era formada por uma constelação de comunidades e relações entre essas comunidades. Quando a tribo passava por escassez de alimentos era comum que seus membros se solidarizassem até o ponto de não comprometerem a subsistência de sua própria família. Segundo Sahlins (1970: 133):

“Atingidas pelo declínio das reservas de alimentos, é comum que as sociedades tribais enfrentem o perigo com uma intensificação da solidariedade comunal e cooperação econômica. As pessoas ajudam umas às outras como podem e, durante a escassez, a reciprocidade generalizada é estendida além de sua esfera social normal. No entanto, se a escassez revela-se prolongada e severa, a estrutura da solidariedade pode ser incapaz de suportar a pressão: na crise final o grupo doméstico acentua seus interesses próprios e pessoas que tinham compartilhado comida nas primeiras fases do desastre apresentam agora indiferença para com a situação dos outros, e se não apressam a queda mútua com barganha, chicana e roubo.”

³ Lévi-Strauss evitava o termo “primitivo” para descrever as culturas “tradicionais”, observando que o suposto homem primitivo possui a mesma estrutura cerebral que qualquer outro ser humano. O termo *primitivo* carrega a conotação de infantilidade, o que não corresponde a uma sociedade que desenvolveu regras de conduta tão complexas.

Para garantir a coesão do grupo, o estabelecimento de padrões de conduta e regras de convívio, como a união pelo casamento, regia-se pelo poder do chefe da tribo e do sobrenatural. Sahlins (1970: 172) afirma que:

“As famílias e aparentemente grupos de descendência maiores tinham espíritos tutelares. Os *aumakua* eram reverenciados, mais numa classe com os ancestrais *Tallensi* do que com os espíritos *Enga*. Eles eram guardiães benevolentes que protegiam os membros do grupo de perigos externos, mas também punitivos como guardiães da virtude familiar, enviando doenças ou coisa pior àqueles de sua linha que infringissem tabus rituais ou causassem mal a parentes.”

Nas sociedades primitivas, em que as bases das relações se dão dentro do grupo tribal, havia regras para a união entre o homem e a mulher que cada indivíduo e sua família deviam seguir. Como regra geral, qualquer homem não devia casar-se não só com a própria irmã ou filha, mas tampouco com alguma mulher com quem tivesse alguma ligação de sangue.

Lévi-Strauss (1980: 38) considera que a regra de casamento entre primos cruzados foi a forma mais adotada entre as tribos em todo o mundo.

“Neste sistema os parentes paralelos são a mesma coisa que os parentes mais próximos situados ao mesmo nível de geração: o irmão do meu pai é um “pai”, a irmã da minha mãe é minha “mãe”, os meus primos paralelos (fruto do casamento de dois irmãos com duas irmãs) são como irmãos para mim. Com qualquer deles o casamento seria incestuoso. Somente era permitido o casamento com a filha do irmão da mãe ou a filha da irmã do pai, para os homens.”

É ainda as possibilidades de alianças, por meio do matrimônio, que irão possibilitar as trocas entre os diversos grupos sociais. Nessas sociedades, a comunidade seria entendida como cada grupo familiar cuja estrutura central nas modalidades matriarcais fosse formada pelos descendentes e parentes laterais do lado da filha dada em casamento, e nas modalidades patriarcais, a família agregava as esposas dos filhos e seus descendentes.

Na sociedade grega, do séc. V ao IV a .C., o espaço público⁴ vai ser desvinculado do espaço privado⁵. Para os gregos, a manifestação da retórica e da persuasão próprias do indivíduo só será admitida se houver pares para contestá-las ou reiterá-las. O espaço privado será conservado longe dos olhares externos. A mulher, as crianças e os escravos não participavam dos atos sociais e ficavam segregados no lar, cuidando da lida

⁴ Para Andrade (2002: 105) o espaço é público em duplo sentido: enquanto nele se manifesta aquilo que é comum e também enquanto a ele é confiado o que deve tornar comum, isto é, exprimir e respaldar os vínculos comunitários.

⁵ Como espaço privado, *idios* na Grécia ou *privus* em Roma, indicam-se as características singulares e individuais, próprias de cada um e não divisíveis com os outros. (idem).

doméstica ou conservando o patrimônio do cidadão. Andrade (2002:108) percebe que a separação entre casa e cidade também articulava uma separação de espaços entre os gêneros masculino e feminino.

“Oikos e pólis organizavam-se como opostos, complementares, mediatizados, somente poderiam estruturar uma experiência do espaço social para aqueles que tinham o privilégio de circular entre a casa e a cidade – e estes eram os cidadãos e não quaisquer habitantes ou qualquer indivíduo, pois essa correlação só tinha sentido levando-se em conta as expectativas de ação política dos chefes de família.”

A comunidade cuja participação política era marcada pela hereditariedade só ruiu após a Revolução Francesa. A declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada pela Assembléia Nacional, em 26 de agosto de 1789, instaurando uma nova ordem social. Bobbio (1992: 90) afirma:

“Para a formação dessa concepção (segundo a qual o indivíduo isolado, independentemente de todos os outros, embora juntamente com todos os outros, mas cada um por si, é o fundamento da sociedade, em oposição à idéia, que atravessou séculos, do homem como animal político e, como tal, social desde as origens), haviam contribuído quer a idéia de um estado de natureza, tal como este fora reconstruído por Hobbes e Rousseau, ou seja, como estado pré-social; quer a construção artificial do *homo oeconomicus*, realizada pelos primeiros economistas, quer a idéia cristã do indivíduo como pessoa moral, que tem valor em si mesmo enquanto criatura de Deus”.

O vetor individual versus o coletivo irá constituir a utopia da sociedade moderna que busca administrar as perdas e os ganhos em prol de um bem comum. O desrespeito às leis do grupo será considerado falta grave e será punido pelos Códigos de Lei Civil e Criminais e os direitos e deveres dos cidadãos serão defendidos desde a Carta Magna até os códigos internos de cada instituição.

A constituição da vida numa comunidade construída (pós – revolução francesa) foi regida pela ética das responsabilidades (lembra Aristóteles) cujas características principais eram a centralização no indivíduo e em sua melhoria para que ele pudesse ser cidadão; o sujeito ativamente político, o que supõe a política como atuação; o ser cidadão e o conceito de cidadania em nome do bem comum.

4- O jornalismo do bem na emissora onisciente e onipresente

A imprensa será um dos palcos onde o embate entre os interesses individuais e do grupo vão se enfrentar cotidianamente. Por um lado, há um direito público à informação, por outro, há o direito de preservar a privacidade dos cidadãos.

O jornalismo comunitário foi pensado como uma oportunidade de manifestação e expressão de idéias de um grupo que não seria a pauta dos grandes jornais. Para Callado e Estrada (1985: 7) as comunidades só eram pautadas pelas grandes corporações jornalísticas quando ocorriam catástrofes:

“É exatamente a mesma coisa que acontece no sistema mundial de grandes agências que monopolizam a informação internacional quando ali ocorrem desastres, golpes de estado ou fatos insólitos. Enquanto lemos páginas inteiras sobre o nascimento de mais um filho de Lady Di, muitas decisões que vão influir diretamente sobre nossas vidas são tomadas sem o menor debate.”

Em tese, qualquer comunidade pode ter seu veículo de comunicação e aumentar a abrangência política de suas articulações. Marcondes Filho (1992: 161) defende que:

“Qualquer comunidade pode articular-se politicamente e, aí, utilizar-se de um jornal comunitário onde sua voz ganhe mais eco, suas reivindicações cheguem muito mais além do que seu - em geral pequeno - território. Com esse tipo de jornalismo, como o jornal de minorias sexuais, sociais e étnicas, essas comunidades podem romper com o gueto a que estão submetidas pelos critérios de marginalização predominantes na sociedade.”

O jornalismo comunitário para desenvolver sua missão deve estar amparado na comunidade. Foi justamente para fazer frente à hegemonia da informação das grandes empresas que ele foi gerado a partir de grupos ligados à organização política e social como as Comunidades Eclesiais de Base⁶ e diversos movimentos populares.

Quando uma empresa hegemônica como a Rede Globo de Televisão passa a produzir um telejornal que se diz praticante do jornalismo comunitário ocorre um paradoxo. O telejornal SPTV, veiculado no horário do meio-dia, afirma trazer a vertente do jornalismo comunitário para a televisão.

As pautas desse jornal eletrônico trazem as diferenças sociais e econômicas da cidade de São Paulo e mapeia os diversos conflitos latentes que surgem em protestos pela melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, como a procura de vagas nas escolas de ensino fundamental, a busca pelo emprego e a falta de pavimentação em ruas de comunidades carentes.

O telejornal é apresentado pelo âncora Chico Pinheiro e por uma apresentadora que, no momento, é a jornalista Carla Vilhena. (casados na vida real). Com uma linguagem descontraída e o ritmo de uma conversa coloquial, as notícias são apresentadas (a maior parte com links ao vivo) entremeadas pelos comentários dos apresentadores.

⁶ Comunidades Eclesiais de Base ou CEB`s são organizações ligadas à Igreja Católica, cujos membros fizeram um importante trabalho de mobilização social e política nas comunidades carentes dando início aos grupos como os da Pastoral da Terra e os da Pastoral da Criança.

Um momento marcante nesse telejornal é o quadro chamado de SPTV Comunidade. O repórter Márcio Canuto visita os bairros em que são pautados problemas de saneamento básico, carência de obras de infra-estrutura e diversos conflitos ligados ao desenvolvimento de uma cidade em que não houve planejamento urbano.

O quadro inicia-se com a apresentação de um videoclipe em que são editadas imagens do carro em movimento sob um BG de sirenes de polícia e ambulâncias. Os movimentos seguem uma trajetória reta, porém com simulações de trajetória de um ângulo para o outro da tela. São 15 segundos que sugerem uma ocorrência policial que será atendida pela chegada do SPTV Comunidade. Pode-se também interpretar o simbolismo da violência dos bairros carentes e o poder da polícia (vigilância).

As matérias são gravadas e editadas. O repórter inicia a reportagem apresentando a comunidade e o problema. É ele quem permite que a comunidade fale (alguns moradores – povo fala) e convida os reclamantes para entrar na van e cobrar das autoridades a regularização dos problemas levantados no quadro. Os representantes do poder público recebem os moradores e fazem promessas ou se justificam pelas dificuldades de sanar os problemas. O repórter cobra um prazo para que as obras sejam feitas e avisa que voltará para saber se a tarefa foi cumprida satisfatoriamente.

A espontaneidade, os gestos e tom alto da voz do repórter funcionam como a de um animador de programas de auditório. A linguagem, recheada de metáforas e citações de ditados populares, reúne atributos de um diálogo despretenso, próximo a uma conversa entre amigos. Percebe-se, no entanto, a importância que os moradores dedicam àquele momento, quer em relação à linguagem que utilizam, quer na formalidade dos assuntos tratados (petições, abaixo-assinados, processos etc.).

As comunidades retratadas no Jornal SPTV são, em sua maioria, formadas por moradores da periferia da cidade. As pautas são levantadas pelos produtores do programa através de *e-mails* e cartas de telespectadores que denunciam os problemas de seu bairro. Durante o programa, o apresentador convida os telespectadores a participar do quadro.

Outro quadro do telejornal SPTV é o que se chama Repórter Cidadão. Nessa parte do programa, o telespectador que enviou um material audiovisual tratando de algum tema da cidade é apresentado num videoclipe em que aparece como o paradigma de cidadão modelo.

No conceito de jornalismo comunitário praticado pelo Jornal SPTV é o repórter quem conhece a comunidade, sabe do que ela precisa e como resolver o problema. É do repórter que emana todo o saber (o senhor). À comunidade cabe a submissão ao espaço

concedido e o aproveitamento da visibilidade para que o problema seja solucionado o mais rápido possível, já que tendo nascido nesta comunidade não existe outra forma de inclusão.

Nesse tipo de jornalismo a participação da comunidade no projeto e na escolha das pautas é nula. A comunidade é somente mais uma paisagem de fundo para o discurso ordenador. O simbolismo da van (veículo do SPTV) também é muito grande, uma vez que é um meio de transporte entre os dois mundos: o da comunidade e o do poder público. É também interessante a análise dos veículos utilizados: para a cobertura de grandes pautas o telejornal conta com o *Globocóptero*, um helicóptero que traz uma visão vertical da cidade e para as comunidades, uma van (semelhante às lotações de transporte urbano).

O Telejornal SPTV faz uma apropriação do termo jornalismo comunitário. Na verdade, a participação popular é mais um mecanismo de difundir o poder hegemônico do canal de televisão, visto que por sua intercessão, tanto a comunidade passa a ser ouvida, quanto o poder público que coagido precisa justificar a falta de prestação de serviços. Esse jornalismo eletrônico funciona como um vigilante que coopera para a ordenação social e a manutenção da sociedade vigente porque consegue dar a impressão de que o povo fala e o poder público escuta.

Um jornalismo comunitário ético será feito por profissionais e comunidades racionais, livres e responsáveis por suas atitudes. O jornalismo pode e deve colaborar para o estabelecimento do diálogo entre os diversos setores da sociedade, reverberando temas que sejam do interesse dos grupos e saindo do lugar institucionalizado do saber.

Um jornalismo em que o povo é o espetáculo assemelha-se às arenas romanas em que o gozo do ver e de ser visto andam lado a lado, com a diferença de que a televisão está dentro de casa, faz parte da família.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Marta Mega de. *A vida comum: espaço, cotidiano e cidade na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BETTO, Frei. *O que é comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

- BIERLEIN, J. F. *Mitos paralelos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- BUBER, Martin. *Sobre comunidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- CALLADO, Ana Arruda ; ESTRADA, Maria Ignez Duque. *Como se faz um jornal comunitário*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANCLINI, Nestor García. *Cultura Y comunicación: entre lo global y lo local*. La Plata: Ediciones de Periodismo y comunicación, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- CERTEAU, Michel; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- DORNELLES, Beatriz. *Imprensa Comunitária: Jornais de Bairro de Porto Alegre*. In: ELIAS, FEIJÓ, Martin Cezar. *A democracia grega*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- FOUCAULT, M. e outros. *O homem e o discurso (A arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- FREUD, S. *O mal estar da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo*. São Paulo: Hacker Editores: Edusp, 2003.
- HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.
- KOSOVSKI, Ester (org.). *Ética na comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- LACAN, J. *Escritos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C.; GOUGH, Kathleen e SPIRO, Melford. *A família: origem e evolução*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, João. *Memória e identidade nas comunidades virtuais*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, julho a dezembro de 2003.

MORAES, Denis de. *A ética por interações no ciberespaço*. In: PAIVA, Raquel. *Ética, cidadania e imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Contexto, 1986.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, Vozes, 1998.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Atual, 1994.

_____ ; PINSKY, Carla. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

REICH, Wilhelm. *O que é a consciência de classe?* São Paulo: Martins Fontes, 1976.

SAHLINS, Marshall. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

SALINAS, Samuel Sérgio. *Do feudalismo ao capitalismo: transições*. São Paulo: Atual, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

TAVARES, Carlos. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.